



Lexicon

Termos ambíguos e discutidos sobre família,
vida e questões éticas

Pontifício Conselho para a Família

GRAFICA DAS ESCOLAS SALESIANAS

O presente Lexicon foi publicado sob a responsabilidade de uma Comissão Presidida por sua Eminência o Cardeal Alfonso López Trujillo e composta pelos seguintes colaboradores:

- Karl Josef Romer (coordenador),
- Tony Anatrella,
- Francesco Di Felice,
- Francisco C. Fernández,
- José L. Gutiérrez, Marc Lalonde,
- Abelardo Lobato,
- Marina Monacchi,
- Michel Schooyans
- e Jacques Suaudeau.

Entende-se a concreta responsabilidade de cada autora respeito do conteúdo do próprio texto. As introduções sintéticas a cada verbete, como também as notas biográficas dos autores, são fruto do trabalho do Comité de Coordenação, o qual pôs em evidência as principais linhas de cada artigo. O Pontifício Conselho agradece vivamente à Editora Salesiana de São Paulo, pelo profissionalismo e disponibilidade com que acolheu a iniciativa e levou a termo o trabalho da impressão em português.

- Tradução: Cláudia Scolari
- Revisor Geral: António Sarto
- Coordenação: Maria de Lourdes Corrêa Lima

Colaboraram:

- Karl Josef Romer
- António Augusto Dias Duarte
- Expedito Marcondes - Fernando José Guimarães
- Isidoro de Oliveira Preto
- Sérgio Costa Couto

Impresso na gráfica das Escolas Profissionais Salesianas

COLABORADORES

RODRIGUEZ LUNO, ÂNGEL. Professor de teologia moral fundamental na Pontifícia Universidade Santa Croce (Roma). Consultor da Congregação para a Doutrina da Fé. Autor de numerosas publicações, entre as quais: *La scelta etica* (1988) e *Ética gêneral* (1991). Verbete: *Leis imperfeitas e iníquas*

RUPI, COSMO FRANCESCO. Arcebispo de Lecce. Foi professore diretor do Instituto Pastoral Pugliese. Colaborador habituai de vários periódicos. Foi bispo de Térmodi e Larino. Verbetes: *Matrimônio com disparidade de culto* *Matrimônio misto e discriminação*

SCHEFFCZYCK, LEO. Fez os estudos de teologia e filosofia em Breslau, Freising e Munique. Foi professor de filosofia e teologia em Kônigstein e professor de teologia dogmática na Universidade de Tubinga. De 1965 até 1985 ocupou a cátedra Michael Schmaus da Universidade de Munique. Membro colaborador do Instituto de pesquisas interdisciplinares da Sociedade Gôrresiana da Academia Bavarese de Ciências e das Pontifícias Academias Mariana e Teológica de Roma. Cardeal da Santa Igreja Romana desde 2001. Autor de numerosas publicações, dentre as quais: *Der Mensch als Bild Gottes* (1969), *Jié Théologie und die Wissenschaften* (1979), *Einführung in die Schöpfungslehre* (1987), *Katholische Dogmatik, I: Grundlagen der Dogmatik- Einleitung in di Dogmatik* (1997), *VI Der Gott der Offenbarung- Gotteslehre*(1996), *III: Schöpfung als Heilseröffnung* (1997), *VI: Die Heilsverwirklichung in der Gnade* (1998). Verbete: *Dignidade da criança*

SCHOOYANS, MICHEL. Professor emérito da Universidade de Lovaina, foi professor em São Paulo e em varias universidades latino-americanas. Suas pesquisas são sobre filosofia política, as ideologias contemporâneas e políticas da população. É membro, entre outros, do Instituto Royal des Relations Internationales de Bruxelas, do Population Research (Washington, DC), do Instituto de Demografia Política de Paris e da Academia Mexicana de Bioética. É membro da Pontifícia Academia de Ciências Sociais e Consultor do Pontifício Conselho para a Família. Autor de numerosas publicações, entre as quais: *L'Eglise face au désordre mondial* (1999) e *Le crash démographique* (2000).

Verbetes: *Controle dos nascimentos e implosão demográfica*

SCOLA, ANGELO. Patriarca de Veneza. Doutorem filosofia (Universidade de Milão) e em teologia (Universidade de Friburgo). Membro da Congregação para o Clero, da Comissão Episcopal.

A necessidade do controle dos nascimentos fez-se patente desde a antiguidade. Nesta história, um nome se destaca: o de Malthus, que já no final do século XVIII, sustentava que a humanidade se dirigia rumo à catástrofe, já que, em seu ponto de vista, a população cresce com uma projeção geométrica enquanto os recursos alimentares aumentam somente segundo uma progressão aritmética. As razões aqui invocadas são primeiramente de ordem econômica, mas os discípulos de Malthus se encarregaram de completar as argumentações do célebre pastor anglicano com considerações geográficas, políticas, eugênicas, como também com uma moral do prazer. Todos estes motivos ecoam nas grandes assembleias internacionais onde se trata de população e de desenvolvimento.

As razões inventadas para justificar o controle dos nascimentos não resistem à análise científica. De fato, em todas as partes, as populações envelhecem e algumas vezes diminuem. A proporção das pessoas anciãs não para de aumentar e as tensões entre as gerações se acentuam. Os sistemas de segurança social vacilam. Pode-se falar com fundamento, portanto, de uma implosão e é a esta que conduzem as políticas de controle de nascimentos.

Diante deste crash, devem-se redefinir políticas que levem em consideração conclusões científicas indiscutíveis: não existe correlação evidente entre população e desenvolvimento; o crescimento da população resulta em primeiro lugar do aumento da expectativa devida desde o nascimento; o recurso mais importante é o capital humano.

Assim, longe de ser ameaçada por uma "implosão demográfica", a humanidade é, ao invés, confrontada com uma implosão anunciada, que pode, porém, ser esconjurada se, ao contrario de cultivar a morte, a humanidade decidisse edificar uma cultura da vida, uma cultura cuja construção passa através da promoção da família e que tem como horizonte uma civilização do amor.

(Vozes: Demografia, transição demográfica e política demográfica; Economia doméstica; Família e desenvolvimento sustentável; Família e princípio de subsidiariedade; Fertilidade e continência; Implosão demográfica na Europa? Mentalidade

contracetiva; Novo modelo de "Welfare State"; Paternidade responsável)

Uma ideia antiga

A ideia do controle dos nascimentos já estava presente na antiguidade. Em *As Leis*, Platão afirma que a população da cidade não pode superar 5.040 chefes de família e residências familiares (cf. V, 737e; 740d). Na *Política* (II, 6), o controle da população é recomendado também por Aristóteles. Esta ideia reaparece bem mais tarde, por exemplo, na *Utopia* (1516) de Tomàs Morus e na *Cidade do Sol* (1623) de Tomás Campanella. A partir da época moderna, a questão é retomada sempre com maior frequência, particularmente na Inglaterra. Com acentuações diferentes, encontra-se em Francis Bacon, em Thomas Hobbes, em Adam Smith, em Jonathan Swift. Este último publica, em 1729, uma obra sulfúrea intitulada *Modesta proposta para impedir aos filhos dos pobres na Manda de tornarem-se um peso para seus pais ou para seu país e torná-los úteis à sociedade*.

Neste contexto, destaca-se um autor: Thomas Robert Malthus (1766-1834). O sucesso das suas teses é devido, em primeiro lugar, à sua simplicidade e caráter perentório. Desde 1798, o célebre pastor anglicano proclama que o crescimento da produção alimentar acontece segundo uma progressão aritmética, enquanto o crescimento da população obedece a uma progressão geométrica. Os pobres devem retardar a idade do matrimônio. As leis sociais perturbam o jogo das leis da natureza, a qual deseja selecionar os mais idôneos e eliminar os outros. Já a partir de 1803, Malthus afirma que, no grande banquete da natureza, a mesa não está preparada para todos; a natureza intima os inúteis a ir embora e não tarda a executar esta sua ordem. (1)

As teses do pastor, apesar de terem sido criticadas e desmentidas pelos fatos, são retomadas com uma constância implacável. Encontramo-las na sua formulação originária ou explicitadas e explicadas em algum ponto, ou, ao contrário, camufladas em algum outro ponto. Seguiremos brevemente estas metamorfoses até nossos dias. (2)

O malthusianíssimo e as suas ramificações

As teses malthusianas são reforçadas pelo organicismo, divulgado particularmente por Herbert Spencer (1820-1903): a sociedade humana é um corpo cujos membros são muito diferentes em relação à utilidade, ao valor e à dignidade. É inadmissível que os menos dotados tragam dano ao conjunto de sua espécie. Deve-se, portanto, ajudar a natureza a operar a sua seleção, cuja teoria desenvolve Charles Robert Darwin (1809-1882). Francis Galton (1822-1911) precisará que esta seleção deve ser artificial. Os médicos terão um papel de primeiro piano neste programa de eugenismo. (3)

O neomalthusianismo afirma-se um pouco mais tarde e é ilustrado por Margaret Sanger (1883-1966). Esta corrente mescla as teses malthusianas sobre a população com uma doutrina moral individualista, hedonista e utilitarista. Esta moral do prazer individual dissocia o comportamento sexual e a procriação. Na união sexual, o prazer é o bem; a criança é o risco ou até mesmo a dor a ser evitada. O outro é interessante na medida em que me comunica prazer e/ou benefício. Daqui a recusa ao casamento, o elogio ao amor livre, ao eugenismo etc. Segundo Malthus, a superfície terrestre limita inexoravelmente a produção alimentar e os limites desta última determinam impiedosamente o número dos homens que o mundo pode conter. Será este tema da terra que levará à temática contemporânea da ecologia, como também as do espaço vital, das zonas de influência, das fronteiras. A tese malthusiana apresenta-se como um tronco cuja linfa mitre três principais tipos de ramificações: o organicismo, o neomalthusianismo, a ecologia. No total temos então quatro componentes, cujas interconexões aparecem desde o século XIX. Indicaremos a seguir que formulações destes quatro componentes que acabamos de individuar são retomadas e explicitadas hoje. (4)

Retomada do malthusianismo

Sob quais formas a vulgata malthusiana original se apresenta nos discursos de organizações governamentais como a ONU, ou não governamentais como a International Planned Parenthood Fédération (IPPF)? O crescimento da população – afirma-se - é "exponencial". A produção alimentar não segue esse passo: a Terra não pode alimentar a todos. Os povos do Terceiro Mundo têm filhos demasiados e são, por isso, responsáveis pela própria miséria. O crescimento da população é causa de pobreza e de desemprego e coloca impedimentos ao desenvolvimento. Ademais, a concentração de pobres nas cidades é causa de delinquência e de criminalidade. (5)

Aceitando-se tais afirmações, se não houver um controle da população o desenvolvimento não será possível. A partir da II Conferência Internacional sobre população (Belgrado, 1965), o planejamento dos nascimentos é apresentado como uma forma de ajuda ao desenvolvimento. Logo se dira que é necessário "monitorar", ou seja, controlar e limitar o crescimento da população.

A Conferência da Cidade do México (1984) menciona a necessidade de um plano de ação. A formulação mais elaborada desse plano construirá o objeto da Conferência do Cairo sobre população e desenvolvimento (1994). Depois desta Conferência, os Estados são regularmente solicitados a mostrar quanto fizeram para aplicar o "plano de ação" decidido "de comum acordo" na capital egípcia. Por outro lado, a Conferência do Rio (1992) já havia antecipado que a capacidade "portadora" da Terra foi alcançada ou superada. Em sua definição originária, o "desenvolvimento sustentável" requeria um controle das populações. Se tal controle não fosse alcançado, a bomba "P" (população) não demoraria a explodir.

Retomada do organicismo

Em 1946, Julian Huxley foi posto na chefia do UNESCO. Era conhecido por ter sido defensor da esterilização dos débeis mentai

se daqueles "com os quais a sociedade não sabia o que fazer". Uma variante desse eugenismo a encontramos em Frederick Osborne, que se torna, em 1952, o primeiro presidente do influente Population Council, com sede central em Nova York. Esta instituição privada merece ser aqui mencionada em razão do papel que o grupo Rockefeller exerce, através deste Conselho e até hoje, sobre os programas demográficos dos Estados Unidos, da ONU e das suas agências, como também de numerosas Organizações não governamentais (ONG), entre as quais destaca-se a International Planned Parenthood Fédération.

Recorda-se que, à seleção natural de Malthus, Galton preferia a seleção artificial; introduzia, portanto, um elemento voluntario, ou seja, intervencionista. Os pobres são aqueles que perdem; os ricos, aqueles que têm êxito. Os primeiros perdem e demonstram assim que são inferiores; os segundos têm êxito e demonstram assim que são dotados. Para o bem da humanidade, deve-se impedir aos pobres de procriar e favorecer, ao contrário, a procriação entre os seres dotados. Mais precisamente, deve-se evitar que o conjunto da sociedade humana veja degradar-se seu patrimônio genético pela pressão de uma população pobre descontrolada. Já desde a Conferência de Bucareste (1974) emerge esta dimensão voluntarista e eugênica do controle demográfico, especialmente entre os pobres: tal controle exige uma ação sistemática. A estreita associação entre eugenismo e seleção artificial é frequentemente utilizada para "justificar" e, até mesmo, financiar algumas partes dos programas da ONU, que têm por objetivo "conter" as populações do mundo segundo critérios que discriminam os pobres.

Retomada do Neomalthusianismo

Os primeiros neomalthusianos alimentaram a argumentação individualista, libertária e feminista. Também o atual neomalthusianismo insiste sobre o direito ao prazer individual e sobre a emancipação das mulheres. Aliás, principalmente após o relatório do Fonds des Nations Unies pour les activités de population (FNUAP), de 1994, a educação e a emancipação das

mulheres são consideradas como um poderoso meio para diminuir o crescimento da população. Por esta razão, a educação das mulheres deve conter um importante segmento relativo à educação sexual e à "saúde reprodutiva". Esta fez parte dos "novos direitos" que se pretende fazer aceitar: direitos à contraceção sob todas as suas formas e desde a adolescência, ao aborto, à esterilização, à eutanásia. Presume-se que estes "novos direitos" respondam a "necessidades insatisfeitas". Na Conferência de Copenhague (1995), sob a pressão de lobbies homossexuais, estes "novos direitos" foram chamados para justificar "comportamentos não conformes as normas".

Na Conferência de Pequim (1995), a família é apresentada como o local protótipo da luta de classe: nela, a mulher é oprimida pelo homem, que, impondo-lhe o "fardo" da maternidade, a impede de desenvolver e amadurecer, trazendo sua colaboração à produção. A libertação da mulher passa, portanto, através da destruição da família. Tema clássico do neomalthusianismo, a destruição da família apresenta-se agora já como um dos "novos modelos" familiares: ao lado da família monogâmica e héteros sexual tradicional, emergem as denominadas "famílias" monoparentais, homossexuais, reconstruídas etc. No decurso desta mesma Conferência, todos estes tópicos foram agrupados sob o rótulo de "gênero" (gender): as diferenças de papéis atribuídos ao homem e à mulher não têm nenhuma fundamentação natural; são produtos da cultura e, como tais, podem e devem ser abolidos. Cada um é livre para escolher o próprio sexo ou mudá-lo. Estamos em plena revolução cultural.

Retomada do "ecologismo"

Malthus temia a disparidade, por um lado, entre as terras cultiváveis e os recursos alimentares e, por outro, o número das bocas a nutrir. Apesar dos estudos científicos que desmentem a vulgata malthusiana, esta tese do pastor anglicano já foi extrapolada e aplicada as relações entre a terra e o homem. No alargamento da disparidade proposta por Malthus entre crescimento demográfico ("exponencial", isso é, geométrico) e

aumento da produção alimentar (aritmética), evidenciam-se diversas etapas. Encontramo-nos, primeiro, na Barca da Médusa, do pintor Théodore Géricault, ou então no naufrágio do Titanic. A nave Terra transporta cerca de seis bilhões de passageiros e estaria para afundar. Ora, porque os botes salva-vidas sô podem acolher a terceira ou quarta parte dos passageiros, é preciso cortar as mãos, sem piedade, aos outros que querem subir aos botes; senão, todos perecerão. Sempre em conformidade com a tradição malthusiana, os pobres compõem o alvo sobre o qual se deve apontar prioritariamente. Seu crescimento demográfico sério a causa da degradação ambiental: desflorestamento, dissipação dos recursos, aquecimento, deterioração da camada de ozônio etc. O homem sério o maior "predador".

A Conferência do Rio foi inteiramente dedicada a estes tópicos. Maurice King recomenda também a organização de "reservas" confinadas em "parques" vigiados por rangers, uma espécie de policia demográfica. Seu trabalho consistiria em "conter" as populações pobres dentre dos limites de certas cotas. Dos homens pode-se dizer como dos elefantes: seriam uma ameaça para a ambiente; os equilíbrios "naturais" devem ser protegidos a qualquer custo. Não podendo conter o crescimento demográfico entre os pobres, dever-se-ia deixá-los perecer: enfim, uma espécie de autosseleção.

Nisto se converteu, depois de um processo, as "leis paroquiais" de Malthus a favor da ajuda aos pobres. A mensagem de Malthus é sempre atual: ajudar os pobres significa infringir a moral natural, se a Senhora Natureza é violenta, também a sociedade deve ser violenta.

A exaltação do ambiente levou a uma radicalização das ecologias habituais. Já a Conferência de Bucareste considerava que o crescimento da população afetava o ambiente e era um problema internacional. A "ajuda" para este fim deve ser reforçada. Esta radicalização reflete-se ainda na Conferência de Istambul (1996), que reafirma - para dizer a verdade, de forma mais prudente - o vínculo entre planejamento territorial e planejamento dos nascimentos.

A ideologia da segurança demográfica

Convergências

Malthusianismo, organicismo, neomalthusianismo, "ecologismo": todas essas componentes convergem para a tese central em favor do controle da população. Tais componentes constituem o objeto de diversas apresentações e de acentuações variáveis; são reativas e integradas. Sob aparências diversas reaparece o refrão malthusiano: o número excessivo de homens é a principal causa das desventuras que acometem a humanidade. Deve-se, portanto, aumentar a ajuda dispensada aos planos de controle da natalidade e reforçar, para este fim, os poderes e os recursos das organizações internacionais, especialmente da ONU e das suas agências, como também das ONG reconhecidas como confiáveis.

Os tópicos malthusianos se entrelaçam e dão lugar a uma ideologia cientificista caracterizada pelo mono causalidade. O parâmetro demográfico é tão exaltado que é invocado tanto para esclarecer o passado quanto para legitimar planos de ação sempre mais voluntaristas, impostos, na realidade, aos indivíduos e aos Estados.

Temos chamado esta ideologia de ideologia da segurança demográfica, por analogia com a "doutrina da segurança nacional" (6). Esta última, à qual fez referência a maior parte de todos os regimes militares latino-americanos nos anos Sessenta, considerava, seguindo teóricos norte-americanos e europeus, que o antagonismo dominante fosse aquele que opunha o ocidente liberal e democrático ao leste totalitário e comunista. Era necessário conter, isto é, reprimir o impulso que vinha do Leste. Esse antagonismo se traduzia numa guerra global, "justificando" regimes de exceção. Esta ideologia fascista utilizava o medo para impor as populações, embora ávidas por desenvolvimento e por liberdade, sacrifícios acompanhados de repressão e mesmo de violência.

As quatro componentes que analisamos se integram na ideologia da segurança demográfica. Ela reinterpreta o antagonismo

dominante, aplicando-o as relações nortesul, ricos e pobres. Segundo tal ideologia, a maior ameaça que recairia sobre o Norte, em fase de envelhecimento, se não mesmo de diminuição, é a que viria do Sul, pobre, mas extremamente mais povoado. Daqui a necessidade imperiosa de conter, isto é, de controlar, frear o crescimento demográfico do Sul, sem restringir os meios. A formulação mais cínica de tal ideologia encontra-se no Relatório de Kissinger (1974). (7)

Uma antologia de axiomas

A maior parte dos elementos que acabamos de indicar são retomados nos textos sobre as políticas de população produzidas pela ONU e por suas agências. Os acentos variam certamente segundo as agências em questão e segundo as conferências internacionais, mas todos os tópicos são retomados. São postos ao serviço de um conjunto de axiomas: sem controle dos nascimentos, nenhuma segurança alimentar, nenhuma saúde para todos, nenhum desenvolvimento sustentável, nenhuma paz internacional, nada de recursos suficientes. Ora, essa antologia de axiomas não é comprovada por nenhuma conclusão científica. Esta ao serviço da ideologia da segurança demográfica, a qual considera que o antagonismo dominante é atualmente o que opõe o Sul, em via de desenvolvimento, onde a idade média esta geralmente bem abaixo dos trinta anos, e o Norte, onde a idade média, hoje em torno aos quarenta anos, superará os cinquenta anos em 2050. Consultor de Mitterrand e de Mao, René Dumont retomava uma tese de Margaret Sanger e afirmava sem pestanejar que era necessário que as populações dos países ricos praticassem o controle dos nascimentos, para que seu exemplo fosse seguido pelas populações dos países pobres. (8)

O "crash" demográfico

Os demógrafos evidenciaram o esquema da transição demográfica, que Gérard-François Dumont explica e discute em seus particulares na presente obra (Demografia, transição demográfica

e política demográfica; Implosão demográfica na Europa?). Esta expressão designa a passagem de uma situação demográfica caracterizada por uma mortalidade e por uma natalidade elevadas a um regime demográfico caracterizado por uma mortalidade e por uma natalidade baixas. Esta passagem ou esta transição durou cerca de dois séculos nos países atualmente desenvolvidos; efetuou-se e se efetua muito mais rapidamente nos países em via de desenvolvimento. Geralmente admitido pela comunidade científica, este esquema coloca em evidência mecanismos naturais e espontâneos de regulação da população. Um debate teve lugar entre os demógrafos a propósito do impacto desse esquema (9). A posição mais radical considera que os programas de controle não têm senão uma efetividade extremamente fraca sobre a natalidade. Sem ser posto em dúvida o impacto desse esquema, ninguém nega atualmente a eficácia das campanhas de controle. Estas se refletem numa série de constatações empíricas frequentemente alarmantes.

Enumeramos as principais (10).

1. Envelhecimento generalizado das populações. O número de anciãos, com sessenta anos ou mais, deve triplicar de 2001 a 2050, passando de 606 milhões a 2 bilhões. Daqui surge uma pergunta, entre outras: quantas mulheres existirão então em idade fértil e qual será sua taxa de fecundidade? De acordo com as projeções adiantadas pela Divisão da povoação da ONU para o período 2000-2005, nos 187 países contados, 64 teriam uma fecundidade igual ou inferior a 2,10. Mas surpreendemo-nos ao notar que para o período de 2045 a 2050, concernente a este mesmo total de 187 países, as projeções indicam que 170 países teriam uma fecundidade igual ou inferior à margem de substituição de uma população. Recordamos simplesmente que, para que uma população possa renovar-se, é necessário que cada mulher em idade de fecundidade tenha pelo menos 2,10 filhos, nos países que desfrutam das melhores condições de vida.

2. O decréscimo da população atinge países sempre mais numerosos. Em 2050, segundo as projeções médias, 39 países terão uma população em decréscimo. E o caso de mais de 30

países da Europa, mas também de Cuba, da Guiana, de Barbados. A Alemanha, por exemplo, perderia cerca de 14 por cento da sua população; a Itália, 25 por cento.

3. Proporção crescente das pessoas anciãs dependentes. Nos países desenvolvidos, as pessoas anciãs, com mais de sessenta anos, representam atualmente 20 por cento da população e poderiam alcançar 33 por cento em 2050. Ora, visto que este segmento da população vive mais tempo, exige cada vez maiores cuidados e, como estes cuidados se tomam sempre mais onerosos, será então proposta a eutanásia - e já o esta sendo - para diminuir os encargos que os idosos trazem para a sociedade.

4. Os sistemas de segurança social entram em crise. Quem financiará as aposentadorias? Quem proverá a caixa das assistências sociais? Ora, diminuir os "direitos adquiridos" no Estado assistencial, comporta contragolpes políticos inevitáveis, mesmo se em parte imprevisíveis.

5. As denominadas redes educativas, mesmo que sempre mais importantes nas sociedades modernas, vêm, em primeiro lugar, diminuir seus efetivos; anualmente centenas de classes são fechadas. Estas redes, ademais, são as primeiras vítimas das necessárias reduções de balanço, ditadas pela preocupação com a clientela da terceira idade, mais numerosa e eleitoralmente mais interessante que a jovem população dependente.

6. As tensões entre as gerações se acentuam, porque a população ativa não admite que um trabalhador pague sempre mais impostos e tenha contribuições sociais sempre mais onerosas para sustentar pessoas inativas com mais de sessenta anos, sempre mais numerosas.

7. Abaixa da fecundidade favorece a desocupação, porque é evidente que, onde faltam os compradores, a demanda enfraquece; este fenômeno deve ser acrescentado a quanto acima foi dito sobre as redes educativas. As fábricas com altos índices de produção tendem a ser superdimensionadas em relação à capacidade de absorção do mercado. Esta tendência é ulteriormente acentuada pelo aumento da produtividade.

8. Entre certos países ou regiões, observam-se violentos desequilíbrios na estrutura por idade das populações. Se a tendência ao decréscimo é geral, não obedece em todo lugar ao mesmo calendário. Por isso os países onde se nota um deficit demográfico estão particularmente expostas as pressões migratórias, as quais comportam assuntos complexos, inclusive graves tensões. Ora, sem migrações, a população dos países desenvolvidos iniciará a declinar já a partir de 2003.

9. Embora o efetivo da população de um país não baste para garantir a respeitabilidade desse país na cena internacional, todavia é também verdade que contribui a manifestar a soberania de uma nação.

10. Desenvolver exige investimentos. Porém, não se pode investir recorrendo indefinidamente a empréstimos; para que se possa investir, a economia deve, portanto, gerar lucros. O envelhecimento da população aparece como um temível perigo que ameaça acima de tudo, mas não exclusivamente, os países ricos. De fato, uma população que envelhece tende a produzir menos, a investir menos e a ser menos criativa; tende a consumir o poupado e mesmo a recorrer a empréstimos, cujo ônus será fatalmente descarregado nas gerações subsequentes.

Diagnósticos a serem reexaminados

Séria irresponsabilidade fechar os olhos diante dos perversos efeitos gerados pela divulgação, em escala mundial, das práticas que visam controlar a população. Já é tempo de revisar a fundo as assim chamadas diagnoses e de pôr ordem entre os slogans que, supostamente, as "justificam". Hoje, diversas conclusões científicas importantes, desmentindo categoricamente a fundamentação destes planos de ação, foram fortemente estabelecidas. Eis, brevemente expostas, algumas destas conclusões.

Considerar os progressos científicos

1. Jamais se demonstrou cientificamente a existência de uma correlação entre desenvolvimento e população. Existem exemplos de todos os tipos. Se existem países pobres que são pouco povoados (Libéria), existem países ricos na mesma situação (Austrália). Se existem países pobres que são muito povoados (Bangladesh), existem países ricos que estão na mesma situação (Holanda). Países próximos, de densidade demográfica comparável, podem apresentar níveis de desenvolvimento extremamente contrastantes; é o caso de Honduras e da Costa Rica. Estes contrastes tendem a pôr em evidência a importância dos governos desses países.

2. As previsões alarmistas de Malthus, no que concerne à alimentação, são decididamente desmentidas. As descobertas do agrônomo Norman Borlaug, prêmio Nobel da Paz (1970), e de uma grande quantidade de seus colegas, têm transformado a percepção do problema da fome. Além das catástrofes naturais, as carestias de hoje têm sempre como causa a incapacidade, a corrupção e mesmo a maldade dos homens.

3. Os recursos naturais não existem. É um paradoxo, certamente! Aquilo que transforma algo em um recurso é o gênio do homem. A areia transformada em semicondutor, o vento em energia etc. Como tem mostrado, dentre outros, Julian Simon, o homem é o único verdadeiro recurso e é justamente tal recurso que está para faltar (11).

4. Este recurso que é o homem é chamado capital humano. Gary Becker, prêmio Nobel de economia (1992), provou que esse capital, que ameaça desaparecer, se forma essencialmente na família (12).

5. A primeira grande causa do incremento da população não deve ser buscado nas taxas de natalidade nem nos índices de fecundidade, que estão minguando em todo lugar. Encontra-se no aumento generalizado da expectativa de vida no nascimento. Exemplo: no início do século XX, este girava entorno a vinte e sete anos no México; o mexicano de hoje tem uma expectativa

devida de setenta e quatro anos. Ocupa a terra, portanto, três vezes mais que seus predecessores.

6. Assim, como se observou, desenha-se um novo prisma. Não mais aquele que separa os países pobres dos países ricos, mas aquele que separa os países onde existem crianças dos países onde quase não existem mais.

Um desafio para a ONU

E tempo de chamar a atenção para estes progressos na análise científica da sociedade mundial. Um diagnóstico errôneo permite que se deixem deteriorar os assuntos que se procurou identificar mal. A esterilização selvagem jamais fez qualquer mulher pobre sair da pobreza e as campanhas a favor da contraceção nunca melhoraram as taxas de alfabetização. A precariedade do vínculo matrimonial nunca favoreceu a educação dos filhos. Os problemas causados pelo envelhecimento de uma população não se resolvem agindo nas consequências, mas nas causas, entre as quais, em primeiro lugar, aparece uma fecundidade insuficiente.

A constância "avarenta" com que certas agências da ONU continuam a esmolar subsídios para financiar campanhas inspiradas pela ideologia da segurança demográfica deve ser radicalmente posta em discussão. Ela não somente se apoia em pressupostos errôneos, mas tende a consolidar os obstáculos ao desenvolvimento. É necessário desligar os automatismos que enrijecem as mentes de certos tecnocratas pouco inclinados a propor a si mesmas interrogações saudáveis, ditadas pela realidade dos fatos.

Este questionar-se deveria ser feito primeiramente pela ONU enquanto tal. Esta espécie de revisão será tanto mais lucrativa quanto no próprio interior da ONU as sensibilidades são variadas, dependendo das agências ou departamentos interessados.

Redefinir objetivos e prioridades

Considerando os fatos novos, esboçaremos aqui uma reflexão sobre os objetivos que deveriam substituir os que são buscados pelos programas atuais de controle dos nascimentos. Esta reflexão deverá estender-se as prioridades ditadas por estes objetivos. Visto que o problema precípua é atualmente a ameaça de penúria de capital humano, é necessário defender o homem e promovê-lo. Este é o ponto fundamental do qual examinaremos alguns aspetos.

Defender o homem

Como consta em numerosos documentos recentes emanados por agências da ONU como a FNUAP, a Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948 tende a ser suplantada por documentos como a Carta da Terra (13). O homem, segundo tais teorias, seria o produto de uma evolução da matéria e deveria aceitar submeter-se ao grande Todo, aos imperativos da Mãe Terra; deveria dedicar um culto a Gaia. Tal seria o preço do "desenvolvimento duradouro". Inspirada na New Age, esta visão nega ao homem o lugar central no mundo que a declaração de 1948 lhe atribui. No entanto, é neste antropocentrismo, que se inspira nas tradições romana, hebraica, cristã e é reafirmado com vigor pelo Renascimento, que se deve voltar se queremos salvar e proteger o capital humano.

Existe, portanto, uma reviravolta a ser operada na escala dos valores que inspiram as campanhas de controle. O valor por excelência não é o ambiente circunstante; é o homem, cuja integridade física e psicológica deve ser respeitada. Sem homens devidamente preparados para tornarem-se gestores responsáveis da natureza, esta mesma natureza não pode senão degradar-se e o homem, desaparecer.

Mais exatamente, devem-se contestar as concepções clássicas da riqueza que aparecem, de maneira convergente, nas tradições liberal e marxista. Para estas duas escolas de pensamento, a riqueza tem sempre primeiramente um suporte material e é a tal suporte que se acrescenta um valor. Implícita ou explicitamente,

toda atividade comercial, econômica, industrial, pressupõe que a riqueza se baseie sobre uma matéria dominada pelo homem. O desenvolvimento, séria, portanto, quantificado, porque se mediria sobre o aumento das riquezas. Dai a persistência da visão malthusiana ultraliberal do desenvolvimento; certas categorias de homens são inúteis ou mesmo nocivas ao desenvolvimento; destas se deve controlar o nascimento.

A este propósito, a reflexão elaborada por Amartya Sen pode induzir a repropor a discussão, o que sinceramente desejamos (14). De fato, a partir do momento em que a pobreza não é percebida em primeiro lugar como uma falta de recursos materiais, mas, ao invés, como a perda das capacidades humanas elementares, o desenvolvimento aparece como o incremento das oportunidades realmente oferecidas aos indivíduos em vista da realização de suas opções. Aqui, a liberdade dos indivíduos está ordenada a si mesma, enquanto nas tradições liberal e marxista está ordenada à produção e/ou ao consumo. A liberdade é, ela mesma, o objetivo do desenvolvimento. Este se avalia com o incremento do nível de liberdade que os homens podem alcançar.

Esta reviravolta na percepção do desenvolvimento é obviamente de tal magnitude que pode levar à falência das "justificativas" atualmente invocadas para controlar os nascimentos. O que importa agora é que os homens sejam, o menos possível, vítimas dos assim chamados determinismos, extremamente cômodos para os sustentadores das duas ideologias irmãs.

Esta visão purificadora do desenvolvimento exige, portanto, uma releitura das políticas de controle dos nascimentos em geral. Exige também, em particular, uma revisão das políticas em relação à mulher e as famílias.

A mulher e a liberdade de escolher

Os programas de controle dos nascimentos são apresentados frequentemente como "libertadores" para a mulher. Inserir-se-iam sob a forma de "novos direitos do homem". Nesse contexto, a expressão "saúde reprodutiva" esconde frequentemente o "direito

das mulheres ao aborto". Deter-nos-emos neste exemplo, para nos perguntarmos se constitui para a mulher uma ampliação da liberdade de escolha.

A experiência dos países que legalizaram o aborto deveria realmente levar à reflexão todos os ambientes sensíveis aos direitos dos mais vulneráveis. Constata-se, de fato, que o caráter legal do aborto faz deste último uma arma incomparável nas mãos do homem que recusa a criança, marido, companheiro, empregador, dono, funcionário etc. Uma arma incomparável não só contra a criança que deverá nascer, mas também contra o corpo e o coração da mulher que carrega a criança: "Aborte ou vá embora!...", "Aborte ou eu me divorcio!...", "Aborte ou você perde o emprego!...", "Onde está o problema? O aborto é legal; é até mesmo reembolsado!". Mas onde está a liberdade da mulher à qual são ditas essas palavras? Ora, é também em nome da liberdade da mulher que em certos países o aborto foi legalizado.

Deve-se ademais observar que é em nome de uma concepção redutiva da liberdade da mulher que o aborto é legalizado: em nome da liberdade de produzir e de consumir. Pois bem, se a liberdade é o objetivo do desenvolvimento, o mínimo que se pode fazer é que todas as instâncias interessadas operem para o incremento do nível de liberdade que as mulheres podem alcançar. E que estas mesmas instâncias também se prodigalizem a oferecer as mulheres chances reais para que possam realizar suas escolhas. Quais escolhas? Aquela, por exemplo, de ter um emprego, certo, mas também aquela de dedicar-se à maternidade, ou ainda aquela de conciliar ambas essas opções. Eis o que nos leva a interessar-nos pela questão família.

Família e liberdade

A família é o local por excelência onde o homem nasce para a liberdade. Aqui também todas as instâncias, públicas e particulares, que se empenharam nos programas de controle dos nascimentos devem chegar a pôr-se novamente questões essenciais. Virando as costas à Declaração de 1948, que, nos seus artigos 12,16,23 e 25, reconhece e protege a família, demasiadas

agências se esforçam para que sejam admitidos, segundo dizem, os "novos modelos de família", famílias monoparentais ou homossexuais, por exemplo. Todas essas propostas têm como objetivo destruir a família, que é heterossexual e monogâmica. A destruição da família é um meio eficaz para fazer baixar a natalidade.

À luz de idôneos estudos atuais, estes planos destruidores da família devem ser considerados como cientificamente insustentáveis. Dependem da sobrevivência de ideologias que remontam ao próprio Malthus. O célebre pastor não considerava a família; aos seus olhos sô os indivíduos eram importantes. Os efeitos devastadores do individualismo, ao qual conduz o neoliberalismo, e a violência que disso resulta, são sempre mais provados e denunciados. A família sai enobrecida e exaltada por estes estudos, que renovam o olhar a ela dirigido.

Gary Becker recebeu o prêmio Nobel de Economia em 1992 por ter realçado o papel capital da família e da educação na sociedade (15). É primordialmente na família que se forma o "capital humano", o único que importa em definitivo e que corre o risco de faltar. É na família que se forma a personalidade da criança. É na família que a criança aprende o sentido da iniciativa, da responsabilidade, da solidariedade etc.: todas elas qualidades altamente apreciadas na sociedade.

Durante esta formação - acrescenta Gary Becker -, o papel da mãe é essencial: é ela que desperta estas qualidades e que ensina a criança a estudar, a colocar ordem nas suas coisas, a ser econômica etc. Daqui o valor específico da atividade materna, que deveria ser reconhecida na e pela sociedade. A criança não é somente um bem para os seus pais, é um bem para a sociedade. A atividade materna não é simplesmente um bem "privado", é um bem a favor da sociedade. Daqui a necessidade de oferecer à mulher as condições de uma escolha realmente livre, já mencionada acima sobre a mulher: ou dedicar-se à família ou optar por uma profissão, ou conciliar família e profissão.

Essas conclusões são corroboradas, ao contrario, por Claude Martin, que estudou "o pôs-divórcio". O divórcio aumenta o risco

de marginalização e até mesmo de exclusão do cônjuge separado mais vulnerável (16); cria condições propícias ao insucesso escolar e à delinquência.

O papel decisivo da família encontra seu complemento nas redes educativas especializadas. A este propósito, Amartya Sen prolonga as conclusões que acima resumimos, quando observa que, sem educação, os homens não são capazes de criticar aqueles que os governam; em outros termos, que a educação é, em particular, a aprendizagem da liberdade; sua generalização é uma das condições de possibilidade da democracia.

Já é tempo de as organizações públicas ou privadas cessarem de contribuir para o emergir e o multiplicar-se de problemas que elas não podem resolver. Lisonjeando o indivíduo, debilita-se a instituição familiar, que seria a primeira a remediar as carências dos poderes públicos de qualquer nível. Enfim, é interesse da sociedade apoiar a família e ajudá-la a bem educar os filhos que nela nascem.

Conclusões

Para fazer frente à implosão demográfica, deve-se constantemente ter presente certas verdades já proclamadas na Declaração Universal de 1948, mas recentemente confirmadas por estudos científicos de primeira ordem, que aqui recordamos: os estudos de Norman Borlaug, que desbloqueiam a obsessão malthusiana da penúria alimentar; os de Amartya Sen, que fazem da liberdade o escopo do desenvolvimento; os de Gary Becker, que ilustram o papel decisivo da família na formação do capital humano.

Tudo leva a crer que, gradativamente, forma-se um clima favorável a uma revisão das políticas de controle dos nascimentos conduzidas por diversas décadas. Nenhuma instituição pode mergulhar num sono ideológico, que inibiria sua capacidade de recolocar em discussão seus objetivos e suas prioridades.

Na resenha que fizemos, consideramos estudos científicos recentes e que desfrutaram de uma inquestionável autoridade. À luz de tais estudos, pareceu-nos que as motivações apresentadas para

"justificar" esse controle são amplamente desprovidas de fundamento. Ao contrário, tem-se a impressão, pelo exame dos fatos, que o perigo que se apresenta é a carência de homens, ou seja, a penúria de capital humano.

Ora, este capital tem início e se forma primeiramente na família. Isso não significa, todavia, que o homem deve ser pensado de forma utilitarista e redutiva, ou seja, como o anel mais útil da sociedade de produção e de consumo. Nem a felicidade dos indivíduos nem o desenvolvimento das sociedades podem definir-se em termos de produção das riquezas.

O homem deve ser o centro das atenções dos governantes de qualquer nível, porque nasceu para ser livre e porque o desenvolvimento deve ser concebido como um pacote de condições oferecidas para que os homens e as sociedades possam alcançar livremente suas aspirações. Talvez jamais tenha sido percebida ou afirmada de forma tão clara a interconexão entre liberdade, família, maternidade, fecundidade, educação, participação política, criatividade, esperança.

Essas opções convergentes em direção àquilo que João Paulo II definiu como a "cultura da vida" têm necessidade de ser sustentadas por toda a comunidade internacional. Elas permitem considerar o futuro longe dos terríficos fantasmas veiculados pela "cultura da morte". As próximas reuniões internacionais permitirão verificar se as aspirações que aqui expressamos são confirmadas pelas novas opções definidas pela comunidade internacional.

Michel Schooyans

Notas:

- 1 O texto completo do célebre Apólogo do banquete de Malthus encontra-se em M. Schooyans, *La dérive totalitaire du libéralisme*, Maine, Paris, 1995, 139s.
- 2 Temos dedicado duas obras a estas teses: cf. Schooyans, *La dérive totalitaire*, Id. *L'Evangile face au désordre mondial*, pref. Card. Ratzinger, Fayard, Paris, 1997.
- 3 Sobre a influência destas ideias na França, cf. A. Caro, *Histoire de l'eugénisme en France. Les médecins et la procréation*, Seuil, Paris, 1995.
- 4 Estes problemas são analisados particularmente em M. Schooyans, *La face cachée de ONU*, Le Sarmen/Fayard, Paris, 2000; ver também a nossa comunicação intitulada *La ONU y la Globalizacion*.
- 5 Maiores detalhes sobre as conferências que citaremos em M. Schooyans, **Le crash démographique**, Le Sarmen/Fayard, Paris, 1999; cf. especialmente o c. V: "L'ONU et ses conférences concernant les populations".
- 6 Ver as nossas obras acima citadas: Schooyans, **La derive totalitaire**; Id., **L'Evangile face au desorde mondial**.
- 7 Cf. **The Life and Death of NSSM200 ("Kissinger Report")**, publicado por S.D. Mumford. O texto do Relatório encontra-se nas paginas 47-166. Este livro pode ser solicitado ao Center for Research on Population and Security, P.O. Box 13067, Research Triangle Park, North Carolina 27709 (USA).
- 8 Cf. R. Dumont, *L'utopie ou la mort*, Seuil, Paris 1973, 47s.
- 9 Cf. Por exemplo, a este respeito, G.M. Farooq - G.B. Simmons (éd.), **Fertility in Developing Countries**, Macmillan, London, 1991-2*, em particular a contribuição de Simmons: "Theory of Fertility", 20-55
- 10 Referir-nos-emos a **World Population Prospects. The 2000 Revision. Highlights**, Population Division, Depart mentof Economie and Social Affaire, NewYork, 2001. Datado de 28 de fevereiro de 2001, este documento esta assim indicado: **Drafi ESA/PMP.165. Sobre a fecundidade**, ver tabela 3, pp. 31-34; sobre a expectativa devida no nascimento, tabela 4, pp. 35-38; sobre a taxa de crescimento anual da população, tabela 6, pp. 43-46; sobre a distribuição da população por grupos de idade, tabela 7, pp. 47-50. Sobre os 39 países que, de acordo com as projeções, têm uma população que decrescerá entre 2000 e 2050, ver tabela 15, p. 58.
- 11 Cf. J.L. Simon, **Population Matters. People. Ressources. Environment and Immigration**, Transaction Publishers - Hudson Institute, New York, 1990; Id., **Population and Development in Poor Countries**, Princeton University Press, Princeton, 1992.
- 12 Cf. G. S. Becker, **A Treatise on the Family**, Harvard University Press, Cambridge (Massachussets), 1994.
- 13 Acerca desta Carta, ver <http://www.earth-charter.org>. Sobre este tema, cf. Schooyans, **La face cachée de l'ONU**, 61-70.
- 14 Amartya Sen recebeu o prêmio Nobel de economia em 1998. Cf. A. SEN, **Un nouveau modèle économique. Développement, justice, liberté**, Odile Jacob, Paris, 2000; Id., **L'économie est science sociale**, LaDécouvert, Paris, 1999.